



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Exmo. Senhor Chefe do Gabinete
De Sua Excelência o Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/3495/2021	02/12/2021	SE/2021/1488	22/12/2021

ASSUNTO: Requerimento ao Governo dos Açores n.º 245/XII-BE- Impacte Ambiental da Construção de Bar/Balneários na Zona Balnear da Praia da Riviera.

Em resposta ao requerimento mencionado em epígrafe, subscrito pelo/a Senhor/a Deputado/a António Lima e Alexandra Manes, do grupo parlamentar do Partido BE/Açores, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, encarrega-me o Senhor Subsecretário Regional da Presidência de informar a V. Exa., relativamente às questões colocadas o seguinte:

1- O Governo dos Açores, por intermédio da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, apenas teve conhecimento das obras em causa no passado dia 22 de novembro, através da Plataforma NaMinhallha e, num momento posterior, aquando do envio do respetivo projeto por parte da Câmara Municipal da Praia da Vitória, que deu entrada nos nossos serviços no dia 12 de dezembro, estando neste momento em fase de análise.

2- A Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas não tem conhecimento de que tenha sido solicitado um estudo de impacte ambiental, salientando-se, no entanto, que, pela tipologia de projeto descrito no requerimento, este não ficaria abrangido por um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental.

3- Como oportunamente aludido na parte final do ponto 1, a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas encontra-se a analisar o projeto de arquitetura de construção do edifício das instalações do bar e balneários da praia da Riviera, que deu entrada no passado dia 12 de dezembro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Importa referir que o local onde se encontram a decorrer as obras é abrangido pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha Terceira (POOC), publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2005/A, de 15 de fevereiro, em Zona A – Uso Balnear – Zona Balnear da Praia da Riviera (ZB 4) – Tipo 2, e pelo Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória (PDM), publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2006/A, de 22 de fevereiro, alterado pelo Aviso n.º 13896/2012, de 17 de outubro, classificado como Solo rural – Espaços naturais - Subespaço natural, e inserido, ainda, em área afeta à Reserva Ecológica (RE), na tipologia de Praias. De acordo com o regime do POOC, e desde que cumpridas as especificações constantes nos artigos 15º, 22º, 23º e 25º do respetivo regulamento, é possível a existência de um apoio simples, anexado a uma construção ligeira para venda de alimentos, bebidas, gelados e pré-confeccionados, bem como de um acesso pedonal consolidado junto ao edifício, e um acesso pedonal de construção ligeira no areal, conforme representado no respetivo plano de zona balnear. No que respeita à RE, e de acordo com o artigo 20º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), aprovado pelo Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, conjugado com o seu Anexo II, são possíveis equipamentos e apoios de praia, bem como infraestruturas associadas à utilização de praias, nos termos da alínea d) - VII – Equipamentos, recreio e lazer. As obras em causa deverão ainda respeitar o disposto no regulamento do PDM, cabendo à edilidade a sua verificação, bem como o disposto no Regime Jurídico da Gestão das Zonas Balneares, da Qualidade das Águas Balneares e da Prestação de Assistência nos Locais Destinados a Banhistas, publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 16/2011/A, de 30 de maio.

Com os melhores cumprimentos,